



# Casinos, advogados e imobiliárias no centro da lavagem de dinheiro

**Investigação.** Um estudo liderado pelo Ministério da Justiça faz a avaliação do risco de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. O diagnóstico é que Portugal tem poucas defesas contra quem queira financiar as atividades dos radicais islâmicos. **PORTUGAL** PÁG. 8

# Portugal apresenta risco de financiamento de terrorismo

**Avaliação.** Documento divulgado pelo Ministério da Justiça revela que casinos, advogados, notários, setor imobiliário, *offshores* e zonas francas são alvos fáceis de lavagem de dinheiro



## Segurança no Aeroporto de Lisboa logo após atentados de Paris de 13 de novembro

**VIGILÂNCIA** No Aeroporto Internacional de Lisboa, dias depois dos atentados de Paris (13 de novembro de 2015), uma mulher deixou a mala durante algum tempo esquecida e a PSP delimitou a área para averiguações. Nessa semana, a polícia reforçou a vigilância nos pontos críticos de Lisboa,

como a Ponte 25 de Abril e monumentos com maior concentração de pessoas, como o Mosteiro do Jerónimos, a Torre de Belém e o Centro Cultural de Belém. Foram dadas instruções aos agentes para estarem mais atentos, apesar de não ter sido aumentado o número de elementos policiais.

FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA

Portugal apresenta riscos de financiamento do terrorismo islâmico – apesar de esta ameaça não representar um grau “elevado”. Na prática significa que o país pode vir a ser palco de “novos desenvolvimentos operacionais, sejam ataques no exterior ou sejam a alvos estrangeiros a executar em território nacional”.

Esta é uma das conclusões que consta da “Avaliação Nacional de Riscos de Branqueamento de Capitais e de Financiamento do Terrorismo” – feita em junho deste ano e cuja síntese foi divulgada agora pela Direção-Geral de Política de Justiça (DGPJ) do Ministério da Justiça –, na qual se considera que quanto à ameaça do terrorismo separatista ou nacionalista, esta é praticamente nula. Rui Pereira, presidente do Observatório de Segurança, Criminalidade Organi-

zada e Terrorismo (OSCOT), considera que é “uma conclusão óbvia no sentido de que Portugal faz parte da União Europeia e condena frontalmente atos terroristas reivindicados pelo Daesh ou a Al-Qaeda”. E assume que este risco acaba por decorrer da posição “geoestratégica do nosso país”. Acrescentando o ex-ministro da Administração Interna: “Apesar de a comunidade islâmica em Portugal ser composta por pessoas bem integradas, não se pode nem deve excluir que tenham a tentação de financiar atividades terroristas.”

Paulo Saragoça da Matta, advogado, concorda com a conclusão da avaliação. “Entendo que a gravidade da situação é tal que não será controlável com os mecanismos disponíveis nas forças de segurança nacionais. Impõe-se um apelo ao auxílio de países acostumados com estas operações de segurança interna e internacional dos Estados. Principalmente em

### SETORES VULNERÁVEIS

**RISCO ALTO**  
▶ Além dos casos de vulnerabilidade de branqueamento de capitais e de financiamento de terrorismo nos bancos temos ainda um risco muito alto no setor imobiliário. E ainda nas *offshores* e nas zonas francas.

**RISCO MÉDIO**  
▶ No caso de financiamento do terrorismo em Portugal de matriz islâmica, o risco é médio. Já no de matriz separatista e nacionalista é um risco considerado baixo. Organizações sem fins lucrativos apresentam ameaças médias.

**RISCO BAIXO**  
▶ Os graus de risco em áreas como o setor de apostas e lotarias são baixos.

face do descrédito para que foram tirados os homólogos serviços de segurança portugueses”.

O documento, a que o DN teve acesso, adianta ainda que o risco de financiamento do terrorismo e de branqueamento de capitais médio existe ainda nos bancos e noutras instituições financeiras.

Já no caso do setor imobiliário e na atividade dos notários essa ameaça é mesmo considerada de “muito alta”. Mais moderado é o risco da atividade praticada nos casinos, no exercício da advocacia e dos solicitadores. “A advocacia apresenta o risco de poder vir a ser instrumentalizada, particularmente através da ocultação da origem ilícita de fundos ou da identidade dos seus verdadeiros titulares, em operações tão diversas como as do setor imobiliário, de investimentos em mercados financeiros ou de constituição de sociedades”, explica o advogado Paulo Sá e Cunha.

“CREIO SER O TEMPO DE PARAR DE LEGISLAR E APOSTAR NA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO”

RUI PATRÍCIO  
ADVOGADO E SÓCIO DA MLGTS



“ESTAS CONCLUSÕES NÃO REVELAM UM CENÁRIO ALARMISTA OU EXTREMISTA. ESTE TRABALHO MERECE CREDIBILIDADE”

PAULO SÁ E CUNHA  
ADVOGADO E SÓCIO DA CUATREASAS



“ESCANCARÁMOS AS PORTAS DO PAÍS A PESSOAS QUE SÃO PASTO FÁCIL PARA AS ALIENAÇÕES RELIGIOSAS”

PAULO SARAGOÇA DA MATA  
SÓCIO DA SMSB



O trabalho consta de um recoller de dados ao longo de dois anos, do Grupo de Ação Financeira sobre o Branqueamento de Capitais, onde estão elementos do Ministério da Justiça, das Finanças, dos Negócios Estrangeiros, da Procuradoria-Geral da República e dos Serviços de Informações de Segurança. “A chave para lidar com os riscos não está em legislar mais, mas sim em desenvolver os mecanismos de prevenção e de fiscalização, o que começa nos próprios profissionais – das áreas mais expostas, porque nestas coisas, como noutros riscos do mundo e da vida atuais, constitui sempre um erro preguiçoso e grave pensar que de um lado estamos nós e do outro lado estão os outros. Não existe ‘nós’ e ‘os outros’ em matéria de riscos”, sublinha o advogado Rui Patrício. A avaliação concluiu ainda que 60% dos casos de branqueamento de capitais são detetados no decorrer das investigações de crimes tributários.